



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10408 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

EDUCAÇÃO ESPECIAL, DISCURSO MÉDICO E VIDA ORDINÁRIA NA ESCOLA:
conhecimento e mal-estar docente

André Luís de Souza Lima - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

EDUCAÇÃO ESPECIAL, DISCURSO MÉDICO E VIDA ORDINÁRIA NA ESCOLA:

conhecimento e mal-estar docente

Resumo:

Este trabalho busca questionar a preeminência do discurso médico em relação a atuação docente de sala de aula regular em contextos inclusivos. Para tanto, empreende uma discussão de seus efeitos, buscando uma alternativa epistemológica e discursiva fundamentada na ideia de *vida ordinária*, conceito emergente de estudos literários e filosóficos contemporâneos. Como ponto de partida, o reconhecimento de um mal-estar evidenciado pelas queixas de angústia, desamparo e despreparo ante as demandas por ação pedagógica a partir das bases naturalistas advindas de um modelo hegemônico de conhecimento. Escapar ao reducionismo do pensamento naturalista, do qual participa o ideal médico, pode passar por outra forma de construir conhecimento sobre o educar em contextos inclusivos e pelo fortalecimento da figura de educadora ou educador, reafirmando seu protagonismo em assuntos pedagógicos e tomando o espaço educacional como manifesto na complexidade da vida e da linguagem ordinárias, incluindo suas manifestações ilógicas.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação. Formação de professores. Filosofia da Educação.

Com frequência, no ambiente das escolas regulares, seja das redes pública ou privada, observamos a ocorrência de um mal-estar ligado às práticas educativas inclusivas. Esse sentimento manifesta-se, por exemplo, por uma alegação de despreparo global perante o trabalho, o que tem por consequência uma ininterrupta demanda por formação ou a declaração cabal de que não se está apto, por sua formação inicial, a trabalhar com tais sujeitos. (VOLTOLINI, 2015, p. 223). Nesse contexto, nossa escolha pela expressão *mal-estar* sinaliza

uma referência ao constructo psicanalítico por intermédio do qual, segundo Joel Birman (1997), Freud indicou um aspecto constitutivo do sujeito psíquico formado a partir de sua angústia e seu desamparo face à cultura na Modernidade. Assim, o mal-estar na cultura seria a contrapartida psicanalítica às leituras da Modernidade e seus ideais: “Colocou-se em pauta na interpretação de Freud os impasses do ideal iluminista de conquista da felicidade humana pela mediação da ciência e dos ideais de justiça social.” (BIRMAN, 1997, p. 12). Apesar de toda a crítica contemporânea, o ideal iluminista de ciência persiste ocorrendo como base de toda a produção de conhecimento que recebe maior investimento social em termos de autoridade discursiva na atualidade.

Na tradição, a investigação e a prática em educação especial são orientadas no sentido de construir um conhecimento supostamente certo e objetivo acerca da deficiência, deduzindo daí currículos e programas de instrução para ensinar habilidades e conhecimentos às pessoas consideradas com deficiência (SKRTIC, 1996). Sob essa perspectiva, entende-se que, atualmente, os esforços almejam a adaptação e a normalização, produzindo um modelo que conta com uma certeza sobre quem são aqueles designados como público-alvo da educação especial e circunscrevendo certa função para a escola em relação a eles. O impacto dessa forma de pensamento pode ser observado por intermédio da perspectiva objetivista, da compreensão da deficiência a partir da determinação biologicista ou psicologicista, bem como das práticas behavioristas. A forma de conhecer aí subjacente corresponde ao *modelo médico-biológico*, cuja prevalência e penetração nos discursos sobre a deficiência tem como um de seus efeitos desautorizar a figura de professoras e professores como profissionais conhecedores de seus alunos que, a partir desse conhecimento, são capazes de conceber e implementar práticas efetivas de ensino-aprendizagem.

Alinhando-se a essa perspectiva crítica, Plaisance (2015), Moysés e Collares (2015); Angelucci (2014; 2015) e Rodrigues e Angelucci (2018) refletiram sobre os diagnósticos médicos em sua relação com a ideia de anormalidade e a produção de estigma e, considerando suas repercussões no ensino, advogaram pela importância de rever e atualizar conceitos, práticas e instrumentos avaliativos no trabalho pedagógico da educação especial que se apresente como inclusiva, sob pena de agravar os processos de segregação escolar.

A evocação da ideia de *ordinário* como algo potente ante a preeminência do discurso médico-cientificista na produção teórica e nas práticas da educação especial, é uma tentativa de apontar uma possibilidade distinta de posição ou atitude em resposta a tal contexto. Propor voltar a atenção ao pormenor, cotidiano, episódico, não espetacular, constitui, e isso é o que queremos mostrar, uma forma de produzir a retomada da autoridade no discurso do educador – ou um reencontro desse discurso –, vinculando-o àquilo com o que ele de fato mais lida: a vida na escola. Assim, em nossa pesquisa, o olhar para a ordinariedade da vida escolar surge como alternativa epistemológica e ética a pressupostos pedagógicos que suplantam o sujeito de seu lugar como ser *falante* (alguém que comunica, expressa, diz). Essa supressão, herdeira de certa forma de construir conhecimento a respeito da deficiência, concorre para o quadro político-social de exclusão por meio da produção de estigma e da desumanização (GOFFMAN, 1980). Uma vez que o discurso médico atua de modo por vezes hegemônico, goza de maior poder socialmente investido e é tomado como mais correto e aprimorado que formas não biomédicas de referir as necessidades educacionais de alunos com deficiência, é preciso, segundo o que descrevemos, abrir espaço por entre o discurso da educação especial para palavras comuns, ou ordinárias. Isso porque a linguagem comum, ou ordinária, diferentemente do que parece ser indicado pela preeminência da linguagem técnica de cepa biomédica, mostra-se muito capaz de oferecer substrato à manifestação de saber.

A partir daí, e, portanto, a ideia de *vida ordinária* é tomada como da forma mais intuitiva: estamos nos referindo ao modo como a cada dia as alunas e alunos chegam à escola,

entram na sala de aula, cumprimentam-se, acomodam-se, conversam entre si, abrem seus cadernos, pegam em seus lápis e canetas, etc. Estamos falando também dos ritmos, dos sinais, dos horários marcados, da merenda, do recreio, dos intervalos, das trocas de período, das saídas ao pátio, dos anúncios e eventos coletivos. Não é nova ou recém inventada a atitude de dar atenção ao ordinário como fonte de informações, perguntas e respostas; uma maneira de conhecer o que constitui a nós e ao mundo à nossa volta. Na literatura, o francês Georges Perec apontava, desde os anos 1970 e 1980, a potência narrativa e estética do ordinário. Em *Aproximações do quê?*, um pequeno ensaio publicado no Brasil em 2010, ele exorta-nos a redescobrir do que somos feitos, e o que afinal somos, por meio da interrogação daquilo que já não causa mais espanto porque habitual; daquilo que cessou de nos interessar porque diário, repetitivo, episódico, mínimo. “Interrogar o habitual. Mas justamente, estamos acostumados a ele. Nós não o interrogamos, ele não nos interroga, ele parece não causar problemas, nós o vivemos sem pensar nisso, como se ele não veiculasse nem perguntas nem respostas, como se não fosse portador de qualquer informação.” (PEREC, 2010, p. 179)

No âmbito da filosofia, por sua vez, vemos um avizinhamento entre a investigação literária do ordinário e o trabalho tardio de Wittgenstein, especialmente nas *Investigações Filosóficas* e no *Livro Azul*, quando, em defesa de uma posição antirreducionista, critica *nosso desejo por generalidades* e uma atitude de *desprezo para com o caso particular* (WITTGENSTEIN, 1958), o que parece estar na base de obscuridades filosóficas. Enveredando-se por um caminho diferente dos autores que evocamos até aqui, o principal campo sobre o qual a investigação desse filósofo se detém ao longo de sua produção é o da linguagem. Os problemas filosóficos revelam-se para ele, então, em sua natureza linguística. Para enfrentar tais problemas, a estratégia adotada na segunda fase de sua produção é a de dirigir sua atenção ao âmbito ordinário da linguagem, ao cotidiano, valorizando tal aspecto, extraíndo daí exemplos e casos comparáveis dos usos das proposições. Por meio desse procedimento, seria possível ganhar clareza sobre os significados de proposições ordinárias mantendo o posicionamento antiessencialista, antirreducionista e antissistemático, que foi central em sua obra tardia.

Na escola, há um jogo de linguagem que lhe é próprio. O aluno da educação especial, principalmente quando afetado por impasses em sua comunicação, nem sempre participa desse jogo. Quando não participa, porque não se pressupõe que ele seja parte, parece estar em questão o próprio regramento do jogo, permanecendo fora do discurso, gerando indiferença ou mal-estar. Assim, a presença desse aluno, muitas vezes, parece não ter sentido, não ser pertinente, devida. Como uma peça a mais em um quebra-cabeça já resolvido, como se alguém buscasse fazer uma cesta em uma partida de vôlei, ou fizesse mímicas diante do tabuleiro de xadrez.

Pela letra do professor, seria possível forjar outro jogo a ser jogado na escola?

Tradicionalmente, os efeitos da penetração do discurso médico na linguagem falada em nível comum ou ordinário estão particularmente presentes no campo da educação especial. O *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais* (DSM) (APA, 2014), atualmente em sua 5ª edição, serve como base para a quase totalidade dos diagnósticos psiquiátricos – muitos dos quais têm implicações diretas na vida escolar. Ocorre nesse cenário, segundo o que identificamos, um jogo de poder, descrito pela psicanalista, pensadora das relações institucionais, Maud Mannoni (1977) como fruto de uma *ideologia médica* aliada à uma *ideologia do rendimento*. Para a autora, há uma necessidade de a psiquiatria “(e, acidentalmente, a psicanálise)” (p. 152), adaptarem o indivíduo às necessidades de um sistema de produção. Assim, “[...] certas teorias psiquiátricas, sob a influência da ideologia do rendimento, têm por efeito mascarar as questões que realmente se propõem à experiência. O saber teórico reaparece sob os traços de um poder administrativo, cuja estratégia é justificada

pela medicalização.” (p. 153). Entendemos a ideia aí contida como uma afirmação de que o discurso das ciências médicas apenas transfigura as questões ordinárias da vida, contingenciais, em termos de ocorrências neurofisiológicas. Esse esforço é empreendido em nome de uma hiperadaptação ao social, e contra ele não há imunização disponível fora de um compromisso ético-político.

Assim, nesta pesquisa, usamos a expressão *linguagem ordinária* para referir formas de comunicar que escapam ao discurso médico e outras tentativas de padronizar ações e princípios por meio das expressões submissas a uma única forma de conhecimento. Trabalhar com a educação daqueles que estão fora da curva, que não se ajustam facilmente aos jogos de linguagem já estabelecidos – de modo que suas possibilidades de participação não estejam consignadas aos limites de um diagnóstico médico –, talvez dependa de resgatar, sustentar, manter certa característica do educar que tem a ver com o estar junto, a experiência enquanto o que nos passa, a constituição errante de ideias, a observação, o uso e a construção de instrumentos particulares relacionados ao que é muito ordinário, fortuito, contingente. Assumir essa posição talvez não exclua (não é a intenção), não elimine o trânsito de “palavras médicas” no jogo de linguagem jogado na escola, mas dificulte sua hegemonia, enfraqueça sua amplitude normalizadora e obrigue a haver espaço para considerar legítimo, nesse processo, falar de si mesmo por meio de uma linguagem mais apropriada à descrição do efêmero, do episódico e do comum. Isso porque, talvez, boa parte do que chamamos educação seja somente a respeito dela mesmo: a vida ordinária.

Referências

ANGELUCCI, C. B. Medicalização das diferenças funcionais: continuismos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, 25, n. 1, jan-abr 2014. 116-134. Disponível em: . Acesso em: 18 agosto 2020.

ANGELUCCI, C. B. **A patologização das diferenças humanas e seus desdobramentos para a educação especial**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Rio de Janeiro. 2015.

APA, A. P. A. **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MANNONI, M. **Educação Impossível**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Produção do fracasso escolar e medicalização da infância e da escola. In: VASQUES, C. K.; MOSCHEN, S. Z. **Psicanálise, educação especial e formação de professores: construções em rasuras**. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 61-103.

PLAISANCE, E. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, Porto Alegre, 38, n. 2, 10 nov 2015. 230-238. Disponível em: . Acesso em: 30 janeiro 2020.

PEREC, G. Aproximações do quê? **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, 12, n.

1, junho 2010. 177-180. Disponível em: . Acesso em: 10 janeiro 2020.

RODRIGUES, I. D. B.; ANGELUCCI, C. B. Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, 22, n. 3, dezembro 2018. 545-555. Disponível em: . Acesso em: 15 março 2020.

SKRTIC, T. La crisis en el conocimiento de la educación especial: una perspectiva sobre la perspectiva. In: FRANKLIN, B. **Interpretación de la discapacidad**: teoría e historia de la educación especial. Barcelona: Pomares-Corredor, 1996. p. 35-72

VOLTOLINI, R. Miséria ética na educação inclusiva: por uma inclusão política mais do que social. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 222-229, maio-ago 2015.

WITTGENSTEIN, L. **O livro azul**. Lisboa: Edições 70, 1958.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979.